

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bahema S.A. (“Companhia”) é uma holding, de capital aberto e controle privado nacional, com sede na cidade de São Paulo, SP. A Companhia desenvolve as seguintes atividades:

- a) participação em outras sociedades como acionista ou quotista;
- b) realização de pesquisas e elaboração de estudos e projetos de investimentos, bem como a prestação de serviços e assessoria empresarial;
- c) administração de bens móveis e imóveis, próprios ou de terceiros, que independam de autorização governamental;
- d) desenvolver atividades ligadas à fabricação e à comercialização de máquinas, equipamentos, peças ou afins;
- e) importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia não possui sociedades controladas.

A Companhia não comercializa produtos ou serviços. Seu resultado compõe-se exclusivamente de:

- a) dividendos e juros sobre capital próprio das companhias nas quais possui investimentos;
- b) receitas financeiras de aplicações financeiras; e
- c) ganho na alienação de investimentos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 15 de março de 2017.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As informações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para contingências.
- Déficit atuarial a pagar

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos com prazos para resgate de até 60 dias.

b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Plano de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para o plano de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Os acordos contratuais firmados entre o plano de benefício definido e a Companhia estão registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica déficit atuarial a pagar. Qualquer alteração do referido acordo é ajustada contra o resultado do período em que ocorreu a alteração do acordo.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas nas quais a Companhia não possui influência significativa, são registrados pelo custo deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

i) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

j) Reclassificações e retificação de erros de exercícios anteriores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou que a provisão para o déficit atuarial a pagar foi erroneamente registrada nas suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, a receita de reversão da provisão do déficit atuarial a pagar foi apresentada a menor e os passivos relacionados foram apresentados a maior em 31 de dezembro de 2015. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior afetado.

Adicionalmente a Companhia efetuou algumas reclassificações em sua demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com o objetivo de melhorar a apresentação desse demonstrativo. Consequentemente, os valores comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reclassificados e estão sendo reapresentados com o objetivo de manter a comparabilidade entre os exercícios.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) Balanço patrimonial - passivo

	31/12/2015 (Anterior)	Ajustes	31/12/2015 (Reapresentado)
Total de ativos	37.409	-	37.409
Total do passivo circulante	2.223	-	2.223
Déficit atuarial a pagar – não circulante	1.998	(1.467)	531
Outros – não circulante	1.830	-	1.830
Total de passivos	6.051	(1.467)	4.584
Lucros (prejuízos) acumulado	(675)	1.467	792
Outros	32.033	-	31.033
Total do patrimônio líquido	31.358	1.467	32.825

(ii) Demonstração do resultado

	31/12/2015 (Anterior)	Ajustes	31/12/2015 (Reapresentado)
Outras receitas (despesas) operacionais	93	1.467	1.560
Outros	(768)	-	(768)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(675)	1.467	792
Lucro (prejuízo) básico por ação - ordinária - R\$	(0,11)	0,24	0,13

(iii) Demonstração dos fluxos de caixa

	31/12/2015 (Anterior)	Ajustes	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(675)	2.075	1.400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	608	(608)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	685	685
Reversão de provisão de déficit atuarial	(2.508)	906	(1.602)
Baixa de provisão para valor não recuperável	(2.057)	2.057	-
Vendas de Bens do Ativo Permanentes	(3)	3	-
Provisão para contingências	-	(133)	(133)
Perda na alienação de investimento	-	300	300
Despesas a apropriar	-	(2)	(2)
Obrigações tributárias	(1.474)	(232)	(1.706)
Provisão para contingências	(133)	133	-
Dividendos pagos	(1.101)	1.101	-
Déficit atuarial a pagar	2.373	(2.373)	-
Outros	276	-	276
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(4.694)	3.912	(782)
Recebimento pela venda da Tavex Algodonera S.A.	6.226	(2.358)	3.868
Ajuste de avaliação patrimonial	453	(453)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	6.679	(2.811)	3.868
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.933)	(1.080)	(3.013)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	21	(21)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(1.912)	(1.101)	(3.013)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	73	-	73

k) Novas normas e interpretações de normas emitidas recentemente

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Revisão IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: requer divulgações adicionais para melhorar o entendimento e avaliação de mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento.

- Revisão IAS 12 – Tributos sobre lucro - esclarece a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 761/16, aprovou a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10, que equivale as alterações das IASs em questão. A Companhia está avaliando o possível impacto dessas alterações.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- CPC 47 (IFRS 15) - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

A Companhia está avaliando o possível impacto dessas alterações.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

A alteração à IFRS mencionada anteriormente ainda não foi editada pelo CPC. A Companhia está avaliando o possível impacto dessa alteração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1	1
Bancos – conta corrente	2	4
Fundos de investimentos	29.682	31.852
Outros	-	700
	29.685	32.557

A movimentação dos fundos de investimentos é como segue:

Descrição	31/12/2015	Aplicações	Rendimentos/ (perdas)	Resgates	IRRF	Ajustes de reclassificação	31/12/2016
Teorema FIA	12.399	-	(3.955)	(15.701)	(212)	7.469	-
Teorema Inv. Exterior FIA	17.268	-	6.301	(14.096)	(946)	(8.527)	-
Terra Boa FIM CP	2.134	-	232	(2.137)	(8)	(221)	-
Fundo Itaú Empr. DI VIP	51	830	13	(891)	(3)	-	-
Fundo Itaú Empresa Trust DI	-	28.600	1.862	(1.584)	(236)	-	28.642
Fundo Itaú Empresa Premium DI	-	2.834	179	(1.943)	(30)	-	1.040
	31.852	32.264	4.632	(36.352)	(1.435)	(1.280)	29.682

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações em cotas do fundo de investimento apresentaram remuneração média ponderada anual de 14,54% e possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

5. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda	4.774	4.030
Contribuição Social	466	295
	5.240	4.325
Circulante	4.098	4.325
Não circulante	1.142	-

O saldo é composto substancialmente por créditos em apurações de base negativa de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

As compensações estão sendo realizadas gradativamente, via DCOMP, quando da apuração de base tributável.

6. Investimentos

	31/12/2016	31/12/2015
Vereda Educação S.A. (a)	667	-
Outros	3	8
	670	8

- (a) Em 20 de dezembro de 2016 a Companhia subscreveu 4.745 ações preferenciais, no valor de R\$ 667 da empresa Vereda Educação S.A. O total de R\$ 6 foi integralizado em 06.02.2017 e o saldo remanescente no valor de R\$ 661 será integralizado em até quatro anos contados a partir de dezembro de 2016.

7. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2015	Adições	Depreciação	31/12/2016
Móveis e utensílios	10%	19	-	(5)	14
Máquinas e equipamentos	10%	4	-	(2)	2
Computadores e periféricos	20%	1	6	(2)	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	-	196	(18)	178
		24	202	(27)	199

8. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento REFIS (a)	617	1.937
Outros	248	916
	865	2.853
Circulante	677	1.458
Não circulante	188	1.395

- (a) A Companhia com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 efetuou o parcelamento de seus débitos tributários para pagamento em 30 meses.

A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios dos parcelamentos está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas, o que tem ocorrido dentro dos preceitos da legislação em vigor.

A movimentação do referido parcelamento para as informações contábeis é como segue:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.937	2.983
Atualização no exercício	149	274
Amortização no exercício	(1.469)	(1.320)
	617	1.937

9. Provisão para contingências

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

Conforme informações dos assessores jurídicos da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, perfazem o montante de R\$ 1.133 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 614 em 31 de dezembro de 2015).

10. Plano de benefício de aposentadoria

A Bahema S/A é patrocinadora do MultiBRA Fundo de Pensão (atual denominação do HSBC Fundo de Pensão), plano de previdência complementar misto, regido pelos Regulamentos Complementares A e B, respectivamente nas modalidades de “benefício definido” e “contribuição definida”. Desde 1997 não são aceitos novos participantes para o Plano A. Em fins de 2004 foi concluída a migração dos participantes ativos daquele plano para o Plano B, com exceção dos participantes que já estavam gozando do benefício.

A contribuição da patrocinadora para o custeio do Plano B equivale a 2 vezes a contribuição ordinária do participante, esta última limitada a 0,6839% do seu salário-base.

Em 25 de maio de 2015 foi assinado o Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida no valor de R\$ 2.232 posicionado em 31 de dezembro de 2014, gerando a reversão de R\$ 275 em relação ao saldo inicial do exercício de 2015. O valor do déficit seria pago em 100 parcelas no valor de R\$ 28, sendo cada contribuição acrescida da variação do INPC entre a data de 31 de dezembro de 2014 e a do efetivo recolhimento ao plano. Durante o exercício de 2015 a Companhia efetuou pagamentos no valor de R\$ 242.

Em 29 de junho de 2016 foi assinado o 1º Termo Aditivo do Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida no valor de R\$ 765, posicionado em 31 de março de 2016, o que resultou na reversão de R\$ 141 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2015 corrigido monetariamente pelo INPC. O valor do déficit relativo à parcela de benefícios concedidos do plano seria pago em 88 parcelas no valor de R\$ 10, sendo cada contribuição acrescida da variação do INPC entre a data de 01 de abril de 2016 e a do efetivo recolhimento ao plano. Durante o exercício de 2016

a Companhia efetuou pagamentos no valor de R\$ 255 que, em conjunto com o cálculo atuarial atualizado para 31 de dezembro de 2016, ocasionou uma reversão adicional do déficit atuarial a pagar no valor de R\$ 47.

Em 28 de dezembro de 2016 a PREVIC autorizou a retirada de patrocínio da Bahema S.A. A oficialização da retirada ocorrerá durante 2017, após o cumprimento dos requisitos legais e da quitação total do déficit atuarial.

Informações sobre a avaliação atuarial efetuada

Ao final do exercício de 2016, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e passivos atuariais:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano	(5.610)	(4.994)
Valor presente das obrigações atuariais	6.073	5.900
Saldo no final do exercício	463	906

As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor dos ativos do plano no início do exercício	(4.994)	(4.753)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(509)	(432)
Benefícios pagos	612	637
Ganhos atuariais	(719)	(446)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(5.610)	(4.994)

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	5.900	7.261
Custo dos juros	606	676
Benefícios pagos	(612)	(637)
Perda (Ganho) atuarial	179	(1.400)
	6.073	5.900

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Custo líquido do exercício	98	244
Ganhos e perdas reconhecidos imediatamente	(541)	(1.846)
Resultado	(443)	(1.602)

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	906	2.508
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	98	244
Ajuste de avaliação atuarial	(541)	(1.846)
Saldo final	463	906

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são as seguintes:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto nominal a.a. (*)	10,78%	10,78%
Taxa esperada de retorno dos Ativos do Plano a.a. (*)	10,78%	10,78%
Taxa esperada de retorno dos direitos de reembolso	10,78%	10,78%
Taxa esperada dos aumentos salariais	5,00%	5,00%
Taxa esperada dos aumentos dos benefícios	5,00%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	5,00%	5,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Básica (Masculina)	AT-2000 Básica (Masculina)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválido	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Taxa de rotatividade esperada	0% a.a.	0% a.a.
Entrada em aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos
Composição familiar antes da aposentadoria	Família Padrão (Experiência ATUAS)	Família Padrão (Experiência ATUAS)
Composição familiar após a aposentadoria	Família Padrão (Experiência ATUAS)	Família Padrão (Experiência ATUAS)

(*) Considerando que está em andamento o processo de retirada de patrocínio, a taxa real de juros utilizada para fins atuariais em 31 de dezembro de 2016 foi a mesma adotada na avaliação atuarial desenvolvida com a finalidade de cumprimento das obrigações perante à PREVIC.

A estimativa da despesa para o exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2017
Juros sobre a obrigação atuarial	623
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(573)
Total da despesa projetada para o exercício	50

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 463, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,5%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2016
Efeito com o aumento de 0,5% no custo dos juros	3
Efeito com o aumento de 0,5% no valor presente das obrigações	(243)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no custo dos juros	(4)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no valor presente das obrigações	261
Impacto na obrigação de benefício definido	17

11. Outras contas a pagar

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Honorários advocatícios (a)	330	-
Outras	41	49
	371	49

(a) A Companhia possui ação de rescisão contratual por perdas e danos movida pela Unique Foods & Investimentos Ltda., com valor de R\$ 10.444 em 31 de dezembro de 2016, classificada na condição de perda remota em decorrência da negativa de provimento ao recurso proferida em 30 de outubro de 2014. O caso está sendo julgado em última instância, e, como a estimativa de perda do processo é remota a Companhia reconheceu a provisão dos respectivos honorários advocatícios.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 26.395 em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2016, foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social da Companhia, de modo que as 6.038.183 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015, foram grupadas à razão 10 ações para 1 ação da mesma espécie, sem alteração do valor do capital social, no valor de R\$ 26.395, que passou a ser dividido em um total de 603.818 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da Companhia na mesma proporção por eles detida imediatamente antes da aprovação do grupamento de ações pela Assembleia Geral e sem alteração dos direitos a elas inerentes. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e formas previstas em lei.

b) Reservas Legal

Constituída anualmente na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reserva legal é de R\$ 3.396 (R\$ 3.314 em 31 de dezembro de 2015).

c) Reserva estatutária para investimentos

Constituída pela importância não superior a 71,25% do lucro líquido com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da reserva estatutária para investimento é de R\$ 3.400 (R\$ 1.446 em 31 de dezembro de 2015).

d) Dividendos

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.631	792
Constituição de reserva legal	(82)	-
Base de cálculo	1.549	-
Dividendo mínimo obrigatório	387	-
Dividendo distribuído sobre a reserva de lucros	-	1.933
Dividendo por ação – em reais R\$	0,64	0,32

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Representavam a variação do valor justo dos investimentos que estavam classificados como disponíveis para venda. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o resgate destas aplicações e os ganhos e perdas acumulados foram reclassificados para o resultado do exercício.

f) Lucro/ (prejuízo) por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro (prejuízo) por ação diluído.

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico:

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador básico		
Resultado do exercício	1.631	792
Denominador		
Média ponderada de ações – básica	603.818	6.038.183
Lucro (Prejuízo) básico por ação em (R\$)	2,70	0,13

13. Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis e condomínios	(179)	(173)
Serviços prestados por terceiros	(909)	(555)
Impostos e taxas	(94)	(78)
Outras	(303)	(533)
	(1.485)	(1.339)

14. Remuneração do pessoal

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salários e ordenados	(445)	(474)
Férias	(142)	(50)
13º Salário	(37)	-
	(624)	(524)

15. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Reversão de déficit atuarial – Vide Nota Explicativa nº 10	443	1.602
Perdas de capital (a)	-	(2.358)
Baixa de provisão de valor não recuperável (<i>impairment</i>) (a)	-	2.058
Provisão para honorários advocatícios– Vide Nota Explicativa nº 9	(330)	-
Outras	189	258
	302	1.560

(a) A Companhia mantinha investimentos na Tavex Algodonera S.A. no valor de R\$ 6.226 com provisão para valor não recuperável constituída de R\$ 2.058. A liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2015 no valor de R\$ 3.868, gerando uma perda de capital de R\$ 2.358.

16. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos de investimentos	9.628	2.382
Juros ativos	352	595
Outras	10	-
	9.990	2.977
Despesas financeiras		
Perdas em fundos de investimentos	(4.996)	-
Juros passivos	(149)	(274)
Outras	(5)	(25)
	(5.150)	(299)
Resultado financeiro	4.840	2.678

17. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.821	1.400
Adições		
Provisões não dedutíveis	330	-
Despesas não dedutíveis	2	16
Outras adições	17	1.088
Soma das adições	349	1.104
Exclusões		
Reversões de provisões não dedutíveis	(1.055)	(4.699)
Outras exclusões	(221)	(221)
Soma das exclusões	(1.276)	(4.920)
Lucro (prejuízo) tributável antes das compensações	894	(2.416)
(-) Compensação de prejuízo fiscal de anos anteriores	(268)	-
Lucro (prejuízo) tributável	626	(2.416)
Imposto de Renda - 15%	(94)	-
Adicional de Imposto de Renda - 10%	(39)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%	(56)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(189)	-

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em

derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia estão representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, a qual está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações em fundos de investimentos conforme apresentado a seguir:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.685	32.557

Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas			Cenário- base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI					
Caixa e equivalentes de caixa			13,63%	10,22%	6,82%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário- base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros – CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	33.731	32.719	31.710

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

Exposição a riscos de liquidez

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	-	35	24
Outras contas a pagar	11	371	49
		406	73

Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital.

Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado.

19. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.

Os suplentes de membros do Conselho de Administração são remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de conselheiro, em caso de vaga do titular.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Os Diretores recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo de R\$ 454 e R\$ 452.

Não foi pago nenhum valor a título de: **(i)** benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); **(ii)** benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo) e **(iii)** remuneração com base em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía cotas dos fundos de investimentos Teorema FIA e Teorema Inv. Exterior FIA no valor de R\$ 12.399 e R\$ 17.268, respectivamente (Vide Nota Explicativa nº 4). A gestora destes fundos é a Teorema Gestão de Ativos Ltda. Alguns acionista da companhia são também sócios da Teorema Gestão de Ativos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia já não possuía cotas do fundo de investimento Teorema, que foram totalmente resgatadas durante o exercício.

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram julgadas suficientes e adequadas pela Administração da Companhia.

21. Eventos subsequentes

No dia 14 de fevereiro de 2017 o Conselho de Administração se reuniu e autorizou os diretores da Companhia a assinarem contratos tendo por objeto o investimento em 5% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola Parque, no Rio de Janeiro e 80% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola da Vila, em São Paulo. Para esse fim, duas novas holdings subsidiárias integrais da Companhia, Bahema Educação SP S/A e Bahema Educação RJ S/A, já foram incorporadas e capitalizadas. Com a autorização recebida, os diretores assinaram naquela data o investimento na Escola da Vila.

Nos termos dos contratos, o valor total do investimento será de R\$ 42.234 divididos na seguinte forma:

- i. Em relação à escola Parque, investimento no valor de R\$ 7.750, sendo que desse valor R\$ 6.431 será pago em dinheiro e o restante será pago em ações de emissão da Companhia emitidas pelo seu valor patrimonial no prazo máximo de 12 meses. O contrato também oferece uma opção de compra para a Companhia dos 95% restantes após 3 anos.
- ii. Em relação à Escola da Vila, investimento no valor de R\$ 34.484, a ser realizado da seguinte forma: (a) R\$ 6.000 como *earn-out* condicionado a um número de alunos matriculados e a um valor médio de mensalidade em 12 e 24 meses; (b) R\$ 4.087 trimestralmente a partir da assinatura como um bônus para as vendedoras caso certas metas de transição sejam cumpridas; e (c) R\$ 24.397 em tranches, R\$ 10.397 à vista, R\$ 7.000 em 12 meses acrescidos do CDI do período e R\$ 7.000 após 24 meses acrescidos do CDI do período. O contrato também prevê uma opção de compra exercível pela Companhia dos 20% remanescentes após 3 anos, e uma opção de venda dos mesmos 20% exercível pelas vendedoras.

Para cumprir o programa de investimento idealizado pela diretoria, fortalecer a estrutura de capital da Companhia e possibilitar a continuidade da prospecção de novas oportunidades, o Conselho de Administração também aprovou que a diretoria realize estudos e tome providências para aumentar o capital social da Companhia em até R\$ 35.000 nos próximos 12 meses por meio de emissão de novas ações ou outros valores mobiliários. Tal aumento de capital deverá ser submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária.

Guilherme Affonso Ferreira Filho
Diretor

Edson Manabu Kubagawa
CRTC 1SP 146.701/O-4
CPF:085.910.178-97

* * *